

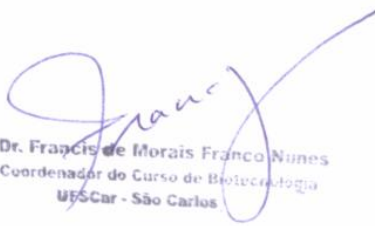


Prezado Vereador,

Considerando o grande aumento de casos de dengue em nossa cidade e as dificuldades em se combater a doença por conta de suas características, entendemos que a prevenção por meio do uso de repelentes de insetos é o caminho mais viável para que epidemias como a do último verão não se repitam.

Entretanto, os repelentes mais comuns no mercado têm um componente (DEET) que pode intoxicar o usuário se o produto for usado frequentemente. Diante deste problema, vimos por meio desta encaminhar a vossa excelência uma sugestão de projeto de lei, prevendo a **distribuição gratuita para populações carentes de repelentes que não sejam à base de DEET.**

Certos de que podemos contar com seu apoio, despedimo-nos com protestos de estima e consideração.


Prof. Dr. Francis de Moraes Franco Nunes
Vice-Coordenador do Curso de Biotecnologia
UFSCar - São Carlos

Equipe iGEM UFSCar-Brasil

São Carlos, 15 de setembro de 2015

Ao Ilmo Sr.

Vereador José Luís Rabello


José Luís Rabello
Vereador - PSDB

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE REPELENTES NÃO À BASE DE DEET (N,N-Dietil-3-metilbenzamida) E FOLHETOS ESCLARECEDORES QUANTO AS DOENÇAS VEICULADAS POR INSETOS E O USO DE REPELENTES”

JUSTIFICATIVA: O presente projeto de lei dispõe: a distribuição de repelentes não à base de DEET, um composto comprovadamente tóxico quando utilizado em altas concentrações, não indicado o uso por gestantes e crianças. Destina-se a comunidades carentes e que apresentem problemas vigentes de dengue ou outras doenças veiculadas por insetos vetores.

Art. 1º - Torna-se obrigatória, a partir da publicação desta lei, a distribuição gratuita de repelentes não à base de DEET acompanhados de folhetos que esclareçam sobre as doenças veiculadas por insetos vetores, em especial a dengue, pelos postos de saúde, hospitais públicos e privados e escolas públicas. Ver tópico

Parágrafo Único - Esta distribuição deverá ser feita por todos os postos de saúde. Ver tópico

Art. 2º - No folheto esclarecedor deverá conter: Ver tópico

- mensagem educativa quanto aos efeitos benéficos do uso de repelentes não à base de DEET em função de sua menor toxicidade;
- indicação do modo de uso do repelente
- esclarecimento sobre o que vem a ser dengue e as demais doenças veiculadas por insetos vetores;
- esclarecimento sobre os meios de preservação, necessidade da prevenção e formas de contágio.

Parágrafo Único - Os folhetos de que trata este artigo deverão ser emitidos pela Secretaria de Saúde do Município, correndo as despesas de confecção às expensas dos proprietários dos estabelecimentos aludidos nesta Lei. Ver tópico

Art. 3º - Os locais acima discriminados que não fizerem a distribuição e de forma gratuita do repelente e do folheto, serão notificados e advertidos em primeiro flagrante. Os estabelecimentos privados que não cumprirem a determinação da Lei serão multados.

Parágrafo Único - A fiscalização do cumprimento desta Lei estará ao encargo da Secretaria de Saúde do Município. Ver tópico

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Ver tópico

CÂMARA MUNICIPAL, em São Carlos, 27 de agosto de 2015.

CLÁUSULA DE VIGÊNCIA: o presente projeto tem como objetivo entrar em vigor na data _____ começando com a distribuição nos postos de saúde locais.

José Luiz Dabello
Vereador - PSDB
Raua
15/07/15